

POLÍCIA FEDERAL

Perícias Biopsicossociais

OBJETIVO

O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais visa descrever os processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Referência: Art. 5º, XVII da Lei 13.709/2018 (LGPD).

IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO

Controlador

Polícia Federal

Operador

Polícia Federal

Encarregado

DPF Rinaldo de Souza

E-mail Encarregado

cgge@pf.gov.br

Telefone Encarregado

(61) 2024-8527

FINALIDADE DO TRATAMENTO

Prevenir doenças, promover a saúde biopsicossocial dos servidores da Polícia Federal e contribuir para a melhoria da qualidade de vida no trabalho.

Os resultados pretendidos para o titular de dados são:

- I – Valorizar o servidor;
- II – Humanizar as relações de trabalho;
- III – Realizar ações para a prevenção e promoção de saúde;
- IV – Melhorar a qualidade de vida, bem-estar físico, psicológico e social dos servidores;
- V – Promover a participação ativa dos servidores na melhoria das condições de trabalho.

Os benefícios esperados para o órgão, entidade ou para a sociedade como um todo são: Necessidade de promover atendimentos biopsicossociais qualificados de acordo com as demandas existentes na Polícia Federal para prevenção de doenças e promoção da saúde e qualidade de vida do servidor; Dados consolidados e atualizados relativo ao número de adoecidos dentro da Polícia Federal; Informações qualificadas para o estabelecimento do trabalho a ser realizado pela equipe biopsicossocial.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A hipótese legal para tratamento de dados pessoais é o art. 4º, inciso III, alíneas a) e d) da LGPD.

A necessidade do tratamento de dados desse processo é respaldada pela previsão legal constante no Artigo 144, §1º da Constituição Federal, Código de Processo Penal, Lei nº. 12.850/2013 Lei nº. 12.830/2013.